

**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador DEMÓSTENES TORRES**

**EMENDA Nº      – CCJ**  
**PLC 98/2011**

Suprima-se o art. 29 do Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 2011, renumerando-se os artigos seguintes.

**JUSTIFICAÇÃO**

Vejo necessidade de suprimir o art. 29 do PLC nº 98, de 2011, que prevê a obrigatoriedade, para emissoras de rádio e televisão, de destinar espaços ou horários especiais voltados à realidade social do jovem, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural. Esse dispositivo remete, de modo ardiloso, ao art. 221 da Constituição Federal, que determina a preferência a essas finalidades, mas não prevê a reserva de quotas de programação com qualquer finalidade. Dessa forma, o art. 29 do PLC nº 98, de 2011, extrapola violentamente o comando constitucional, transformando a preferência a algumas finalidades em obrigatoriedade de quotas com as mesmas finalidades. Isso fere flagrantemente a liberdade de expressão, a liberdade editorial e a liberdade de programação, que, consoante o art. 220 da Constituição, só admitem as restrições previstas no texto constitucional. Por essas razões, entendo que a preferência às finalidades mencionadas, prevista na Constituição, não pode ser usada como pretexto para que qualquer lei ordinária viole os valores

constitucionais da liberdade de expressão e da vedação à censura. Esses valores foram arduamente conquistados no processo de construção do estado democrático de direito e não é admissível que norma inferior viole tão acintosamente nossa Constituição. Extirpar o art. 29 do PLC nº 98, de 2011, é questão até mesmo de economia do controle de constitucionalidade, pois tenho plena certeza de que esse dispositivo seria fulminado por veto presidencial ou por decisão judicial.

Sala da Comissão,

**SENADOR DEMÓSTENES TORRES**